

*Um continente de
imigrantes: transformações
pós-coloniais no hemisfério
ocidental*



UM CONTINENTE DE IMIGRANTES: TRANSFORMAÇÕES PÓS-COLONIAIS NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

RESUMO

Este artigo mostra-se como os movimentos globais de população dos últimos dois séculos não têm precedentes em sua magnitude, cronologia, distâncias, graus de liberdade e em sua integração a um processo mais amplo de massificação relativa aos seguintes aspectos: reprodução social, produção econômica, transporte e comunicação, comércio e, eventualmente, política, consumo e cultura. O artigo contrasta este fenômeno com os movimentos da primeira globalização (1500-1830) e, a seguir, compara estes últimos com a segunda globalização (1840-1930), que, por sua vez, é contrastada com o renascimento dos fluxos e conexões globais depois da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, a partir da década de 1970.

PALAVRAS-CHAVE

Latino-americanos tendem a conceber o hemisfério ocidental como um único continente. Geograficamente, a noção é tão arbitrária quanto o mapeamento anglo-americano, com dois continentes separados pelo istmo do Panamá. No entanto, a perspectiva latino-americana enfatiza a característica histórica mais básica e mais específica compartilhada pelas Américas: elas são o “Novo Mundo”, um continente povoado por indivíduos provenientes de todos os outros continentes. Sua população “nativa” viera da Ásia muito depois do povoamento do resto do globo terrestre por hominídeos, inclusive o *Homo sapiens*. Aproximadamente quinze mil anos mais tarde, outros indivíduos começaram a chegar vindos da direção oposta. Por volta de três milhões vieram da Europa entre o começo do domínio colonial nas Américas, em 1492, e seu fim, em 1820. Três vezes mais indivíduos foram trazidos da África contra sua vontade no mesmo período.²

¹ Este artigo foi originalmente publicado em inglês com o título “A continent of Imigrants: Postcolonial Shifts in the Western Hemisphere”, em *Hispanic American Historical Review*, v. 86, n. 1, p. 1-28, 2006. (Nota da Tradutora.)

² Estima-se que cerca de 450.000 hispânicos vieram para as Índias antes do século XVII: BOYD-BOWMAN, Peter. Patterns of Spanish Emigration to the Indies until 1600. *Hispanic American Historical Review*, v. 56, n. 4, p. 580-604, 1976. Dados sobre o restante do período colonial são escassos, mas estimativas aproximadas raramente excedem a cifra de meio milhão. Cálculos a respeito da emigração portuguesa para o Brasil aproximam-se de meio milhão, sendo que a maioria chegou durante o *boom* do ouro da primeira metade do século XVIII. James Horn e Philip D. Morgan recentemente estimaram que 1,04 milhão de europeus (três quartos britânicos e o resto principalmente dos estados germânicos) deslocaram-se para os domínios britânicos no continente e no Caribe antes de 1800 (sendo que um quarto destes dirigiram-se para os Estados Unidos depois da independência); MANCKE, E. e SHAMMAS, C. Settlers and Slaves: European and African Migration to Early Modern British America”. In _____ (Orgs.). *The Creation of the British Atlantic World*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2005.

Ainda que a movimentação de humanos pelos continentes viesse ocorrendo desde que nossos ancestrais diretos deixaram a África há aproximadamente 100.000 anos, a onda transatlântica que ocorreu mais tarde não teve precedentes em termos de suas dimensões. Esse movimento começou discretamente depois das guerras napoleônicas/latino-americanas de independência, ganhou força em meados do século, atingiu proporções maciças após os anos 1870 e durou até a Grande Depressão, com uma pausa durante a I Guerra Mundial. Nesse processo, mais de 51 milhões de europeus (e por volta de dois milhões de asiáticos) desembarcaram no Novo Mundo.³ Nada remotamente parecido a esse movimento de larga escala acontecera em parte alguma do planeta até então. Mais pessoas haviam chegado ao Novo Mundo na década anterior à deflagração da I Guerra Mundial do que durante todo o período colonial, fosse da Europa ou da África. De fato, nos *três anos* anteriores ao início do conflito, mais europeus haviam desembarcado apenas no porto de Buenos Aires (1,1 milhão) do que em toda a América espanhola durante mais de *três séculos* de domínio colonial. Nada igual a isso aconteceria novamente até o início de uma segunda onda de migração global nos últimos anos do século XX, quando a intensidade dos anos anteriores a I Guerra Mundial foi alcançada em número absolutos, mas não proporcionalmente à população mundial.

Historiadores dos dois lados do Atlântico (e os colaboradores desta edição especial da *Hispanic American Historic Review*⁴ não são exceção) normalmente lidaram com esse amplo

Estimativas do tráfico de escravos africanos oscilam entre nove e onze milhões, com 40% deles indo para o Brasil, 22% para as colônias britânicas (três quartos deles para as Índias ocidentais), 17% para as Índias ocidentais francesas, 17% para a América espanhola (mais de metade para Cuba) e 4% para as colônias holandesas — porcentagens calculadas a partir das cifras em KLEIN, H. S. *The Atlantic Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 210-211.

³ O período testemunhou duas outras ondas de migração de longa distância que quase se igualaram, em dimensões, ao afluxo de europeus para as Américas: a de chineses meridionais e indianos para ao sudeste asiático, e a de russos e chineses para a Ásia Central, Sibéria e Manchúria. MCKEOW, A. Global Migration, 1840-1940. *Journal of World History*, v. 15, n. 2, p. 156, 2004.

⁴ *Hispanic American Historic Review* — Special Issue: Immigration and Nation [Edição especial: Imigração e Nação], vol. 86, n. 1, 2006.

fenômeno transnacional a partir de uma perspectiva nacional. Por um lado, essa perspectiva pode ser um reflexo de um excepcionalismo nacional (particularmente norte-americano). Tais noções não desapareceram, ainda que crescentemente tendam a originarem-se mais de um paroquialismo escolar do que de visões nacionalistas. No entanto, atualmente, a razão principal da persistência de perspectivas nacionais é mais mundana, relacionando-se mais com uma inércia acadêmico-institucional do que com antolhos ideológicos. Apesar do fascínio pós-moderno pelo transnacional, nós continuamos a ser treinados *não* como historiadores de processos sociais (neste caso, da migração), mas como historiadores de países, ou, no melhor dos casos, de “áreas” (por exemplo, da América Latina). Essa peculiaridade da disciplina (que não é compartilhada pelas Ciências Sociais ou pelos estudos culturais) tem suas virtudes. Ela faz com que historiadores sejam particularmente sensíveis a especificidades locais. Não presumiríamos estudar, digamos, a economia política de duas dúzias de países nos quais nunca estivemos e com cujas línguas, culturas e histórias não estamos familiarizados (prática comum em outras disciplinas).

Essa abordagem, no entanto, tem muitas desvantagens. Ela foca exclusivamente no país que recebe os imigrantes, como se estes fossem *tabula rasa*, cuja história tivesse começado apenas quando desembarcaram dos navios ou cruzaram uma fronteira. O que gera uma espécie de hiperambientalismo que tenta explicar tudo a partir do ambiente hospedeiro, ao passo que desconsidera tanto o contexto cultural anterior à migração quanto as formas de migração, ambos fatores que afetavam fortemente a adaptação dos indivíduos chegados a seu novo ambiente. A abordagem centrada na nação hospedeira também trata a migração como um fluxo de mão única, quando, na verdade, ela é composta de uma série de movimentos que incluem a residência permanente e temporária, o retorno, viagens de ida e volta entre os países de onde partiam e o hospedeiro e a realocação de um destino a outro, fora do local de origem.

O ressurgimento do interesse pela história política e intelectual nas últimas duas décadas tem contribuído para reforçar a miopia da abordagem centrada nas nações. A imigração para a América Latina, em especial, é comumente explicada a partir do racismo das elites da região e das políticas nacionais que estas implementavam. Durante o século XIX, e particularmente após

sua segunda metade, com o ápice do ativismo liberal, a formulação de planos para importar europeus tornou-se efetivamente um esforço constante das classes dirigentes do México ao Chile. Mas os desejos da elite tiveram, na verdade, um papel diminuto no fluxo de pessoas. Os *científicos* de Porfírio Díaz idealizaram inúmeras estratégias — desde passagens gratuitas até a distribuição também gratuita de terras — pra recrutar europeus como um antídoto à “indolência nativa”. Em contraste a essa postura, seus colegas ao norte do Rio Grande tenderam a desdenhar a chegada de indivíduos estrangeiros e valorizar os nascidos lá. No entanto, mais europeus desembarcavam nos Estados Unidos em uma semana movimentada do que no México durante os 35 anos de mandato de Porfírio Díaz. O desprezo dos *científicos* pelas massas indígenas e seus esforços para atrair europeus ecoaram entre os políticos da Guatemala à Bolívia. Todavia, todos estes países juntos receberam menos imigrantes em um século de história nacional do que uma única província argentina em um mês. E a maioria dos recém-chegados à Argentina lá desembarcou quando a classe política já cessara de entoar o canto auberdiano de “governar é povoar” e outros cantos sobre a força civilizadora da imigração e tornara-se, pelo contrário, particularmente xenófoba. A retórica “embranquecedora” e “civilizadora” dos líderes latino-americanos estava obviamente mais relacionada à história intelectual das elites da região — o que não é um tópico particularmente pouco estudado — do que à histórica demográfica e sociocultural de seus povos. Algumas vezes, retórica política é, como bananas, apenas retórica política, e a migração claramente obedeceu a leis mais potentes do que aquelas produzidas pelas assembleias legislativas nacionais.

Este artigo introdutório visa inserir os três estudos de caso desta edição especial da *Hispanic American Historic Review* no contexto mais amplo dessas “leis mais potentes”.⁵ A migração em

⁵ Tratam-se dos artigos de YANKELEVICH, P. *Hispanofobia y revolución: Españoles expulsados de México (1911–1940)*, p. 29-60; ALFARO-VELCAMP, T. *Immigrant Positioning in Twentieth-Century Mexico: Middle Easterners, Foreign Citizens and Multiculturalism*, p. 61-92; e o de BELL, L. D. *In the Name of the Community: Populism, Ethnicity, and Politics among the Jews of Argentina under Perón, 1946–1955*, p. 93-122. Todos publicados em *Hispanic American Historical Review*, v. 86, n. 1. (Nota da tradutora.)

larga escala resultou e foi parte de vastas transformações que praticamente se limitaram à região do Atlântico durante o século XIX, para se tornarem globais mais tarde. De fato, essas transformações produziram a “grande divergência” (para fazer referência ao título do livro recente de Ken Pomeranz) no desenvolvimento socioeconômico entre o mundo atlântico e o resto do globo.⁶ Elas também produziram uma divergência, ou mudança, igualmente significativa no âmbito do hemisfério ocidental.

A mais fundamental dessas transformações esteve relacionada à reprodução humana: a transição de um sistema demográfico de altas taxas de natalidade e mortalidade para um de baixa fertilidade e número reduzido de mortes na Europa durante o longo século XIX. Essa transição produziu — uma vez que a mortalidade decaiu mais rapidamente do que a natalidade — a primeira explosão populacional duradoura da história da humanidade. A população do continente triplicou, aumentando de 140 milhões em 1750 para 430 milhões em 1900, e passou de 17% da população mundial a um quarto desta. Não se tratou apenas de uma continuação de tendências anteriores cuja origem pode ser recuperada no tempo.⁷ Foi um fenômeno sem precedentes na história e aparentemente também na pré-história de nossa espécie. Antes do século XVIII, o crescimento fora lento (por volta de 0,2% ao ano) e intermitente (os picos de crescimento raramente duravam mais de duas décadas). A pertinentemente chamada Revolução Vital envolveu não apenas altas taxas de crescimento (mais de 1% ao ano na Europa durante o século XIX), mas também, pela primeira vez na história da humanidade, uma expansão contínua e perene, virtualmente sem ameaças de pragas dizimadoras ou guerras devastadoras — enquanto durou a *Pax*

⁶ POMERANZ, K. *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

⁷ Michael W. Flinn sublinhou a natureza sem precedentes da revolução vital européia em seu capítulo 6, pertinentemente intitulado “Breaking out of the System [of the *Ancien Régime*]” [Evadindo do Sistema (do Antigo Regime)], In: FLINN, M.W. *The European Demographic System, 1500-1820*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1981. Ver também a síntese de ANDERSON, M. *Population Change in North-Western Europe, 1750-1850*. Londres: MacMillan, 1988.

Britannica. Essa “revolução” alimentou diretamente o maciço êxodo transatlântico. Também o facilitou indiretamente, ao criar um vasto mercado para os gêneros alimentícios de zonas temperadas que não existiam no período colonial. Migração e comércio ficaram intimamente interligados. A Europa exportou pessoas principalmente para as regiões de onde importava grãos e, mais tarde, carne. De fato, mais de 90% dos 56 milhões de europeus que deixaram seu continente de origem durante esse período dirigiram-se para regiões exportadoras de trigo e carne bovina.

O maciço fluxo europeu que, depois de meados do século XIX, substituiu o tráfico de escravos africanos como forma dominante de migração transatlântica constituiu um processo mais amplo que incluiu, por sua vez, uma série de outras revoluções.⁸ A revolução industrial estimulou o êxodo de várias formas. Durante seus primeiros estágios, deslocou mais trabalhadores do que poderia empregar. Promoveu, assim, mobilidade interna e urbanização, que várias vezes serviram de ponto de partida para movimentações ultramarinas. A urbanização, por sua vez, fez crescer ainda mais a demanda por gêneros alimentícios das Américas, uma vez que cada vez menos pessoas cultivavam seu alimento. A industrialização tornou possível a geral divisão internacional do trabalho, implicada na integração comercial do mundo atlântico. Criou demandas diretas por várias matérias-primas americanas: couro para correias de máquinas e sebo para sabão e lubrificantes, provenientes dos grandes rebanhos selvagens do Rio da Prata no começo do século; algodão do sul dos Estados Unidos; lã da Argentina (que possuía o maior rebanho ovino do mundo na década de 1880), após a industrialização da produção de lã em meados do século XIX; látex do Amazonas, depois de Charles Goodyear ter desenvolvido a vulcanização por volta do mesmo período; madeira do Canadá; cobre do Chile, do norte do México e do oeste norte-americano; linho e linhaça para as indústrias têxteis, para tintas a óleo e para impressão, vindos dos pampas e prados. A crescente variedade de artigos produzidos

⁸ MOYA, J. C. *Cousins and Strangers: Spanish Immigrants in Buenos Aires, 1850-1930*. Berkeley: University California Press, 1998. Ver capítulo 1 para a conexão entre migração transatlântica e o processo mais amplo de modernização.

em larga escala pela indústria criou uma série de diferentes demandas e desejos, especialmente entre os jovens, os quais seriam a principal fonte de migrantes transatlânticos. O teatro popular contemporâneo na Europa abunda em personagens que culpam essa cultura de consumo pelo êxodo — o consumismo da geração mais nova e sua ânsia por sapatos e roupas industrializados ao invés das alpargatas e blusas feitas em casa; por relógios, armas, fonógrafos, bicicletas e outros equipamentos da era industrial.

A “febre” da emigração (metáfora que surgiu no século XIX por toda a Europa, da Rússia à Escócia) espalhou-se principalmente por meio de redes sociais transnacionais primárias, mas não teria alcançado uma difusão tão rápida e tão intensa sem as transformações tecnológicas e organizacionais dos meios de comunicação. O aparecimento do telégrafo (1844), da fotografia (década de 1840), do papel feito à máquina a partir de fibras de madeira (anos 1850), dos sistemas modernos de correio e de serviço postal (também nos anos 1850), das máquinas de escrever (década de 1860), da União Postal Universal, que unificou os regulamentos internacionais de postagem (1875), do telefone (1876), da fotogravura (anos 1880), do linotipo (1886) — considerado o avanço mais importante da imprensa desde a invenção do tipo móvel 400 anos antes — e do rádio (1895) deu origem a uma verdadeira revolução na comunicação de massa, a qual possibilitou apenas então, e não anteriormente, o movimento maciço de pessoas. Conforme a afirmação do parlamentar italiano Enrico Ferri, durante uma viagem à Argentina, “o mais poderoso agente da imigração” não foi o exército de recrutadores que os governos e empresas enviaram, mas “o serviço postal”. Cartas e fotografias de família levavam as informações e imagens do sucesso material que elevaram a febre do outro lado do Atlântico.

Os correios e o telégrafo facilitaram a circulação de outro elemento integrador essencial na migração em larga escala: do dinheiro. As remessas dos imigrantes fluíam para leste e pagavam as passagens de novos grupos de pessoas, que por sua vez se deslocavam para o oeste. Financistas europeus enviaram muito do capital excedente gerado pela revolução industrial para países de onde as remessas de dinheiro chegavam. Esses investimentos e empréstimos estimularam o crescimento econômico nos países que recebiam os migrantes, o que, por sua vez, estimulou ainda mais tanto a emigração para tais localidades quanto as remessas vindas de lá. Não se trata de coincidência o fato de que os quatro países que mais receberam imigrantes europeus no século XIX

(Estados Unidos, Argentina, Canadá e Brasil) foram também os quatro que mais receberam investimentos britânicos e cujas economias cresceram mais rapidamente no hemisfério ocidental.

A migração transoceânica maciça exigiu, porém, meios pouco dispendiosos de traslado de informações, fotografias, sonhos e também de pessoas. As demandas especiais do comércio industrial contribuíram para o ímpeto por inovações tecnológicas. Enquanto dinheiro em espécie e especiarias foram os artigos principais de troca, os galeões, o sextante e o cronômetro marinho foram suficientes. No entanto, quando itens pesados e volumosos, cujo valor por massa e peso era proporcionalmente baixo (como carvão, ferro, maquinaria, madeira, algodão ou trigo), tornaram-se as principais mercadorias, foi necessário aprimorar os meios de transporte. As inovações tecnológicas fornecidas pela revolução industrial tornaram tais aprimoramentos possíveis. A partir de meados do século XIX, navios a vapor passaram a substituir mais e mais barcos a vela; as hélices propulsoras suplantaram as desajeitadas rodas de pás; cascos de ferro (e mais tarde de aço) foram utilizados no lugar dos de madeira nas embarcações. Enquanto isso, a introdução em sequência de motores a vapor de expansão dupla, de expansão tripla, com turbina a vapor e movidos a diesel reduziu o consumo de combustível e a duração das viagens. Navios refrigerados possibilitaram a exportação de carne bovina e ovina das Américas do Sul e do Norte para a Europa, a qual estivera limitada a animais vivos. Os trens tornaram possível a emigração para habitantes do interior da Europa, antes restrita aos moradores de algumas poucas cidades portuárias. Os trens então os dispersaram pelos continentes americanos. Nas duas situações, as linhas férreas empurraram as fronteiras do Atlântico continente adentro, fazendo com que cidades como Chicago, Toronto, Varsóvia e Mendoza (na Argentina) fizessem parte desse mundo. Os trens possibilitaram que os pampas argentinos se tornassem, apesar de não contarem com linhas fluviais, o segundo maior exportador de cereais do mundo, com grande parte dos grãos atravessando o Atlântico pelas mesmas rotas e frequentemente nos mesmos navios que traziam os milhões de imigrantes que os cultivariam. As inovações do século XIX referentes ao transporte marítimo e terrestre foram, portanto, uma condição *sine qua non* tanto para o maciço comércio transatlântico, quanto para a migração transatlântica em larga escala, movimentos que estavam intimamente interligados.

As ligações entre liberalismo e migração também eram multifacetadas. Ainda que tarifas protecionistas fossem mantidas e por vezes até elevadas em vários países durante o século XIX, restrições mercantilistas tenderam de forma geral a diminuir — sendo que a abolição da Lei dos grãos inglesa de 1846 foi um sinal desse processo. A impressionante expansão do comércio transatlântico depois dos anos 1860 não teria sido possível sem um comprometimento político significativo com o livre comércio. Nem tão pouco teria havido o maciço êxodo humano sem um comprometimento político similar com a liberdade de movimento. Nas costas ocidentais do Atlântico, o liberalismo forneceu o estímulo ideológico para os movimentos de independência que deram fim às restrições de entrada instauradas por guardiões coloniais. Do outro lado, o liberalismo suspendeu as restrições de saída nos países europeus, um a um, no que Aristide Zolberg chamou de a “Revolução de Saídas”.⁹

Por meio do fortalecimento dos direitos de propriedade, da suspensão de restrições e da promoção da competição, o liberalismo estimulou a privatização dos bens comuns e a comercialização da agricultura no Velho Mundo. O que, por sua vez, incentivou os laços transatlânticos de diversas formas. Criou uma demanda por fertilizantes do Novo Mundo, como o nitrato chileno. Encorajou a migração como um meio de se ganhar dinheiro para comprar terras no país natal. Gerou, de forma geral,

⁹ ZOLBERG, A. *The Exit Revolution*. In: GREEN, N. e WEIL, F. (Orgs.). *Citizenship and Those Who Leave: The Politics of Emigration and Expatriation*. Urbana: University of Illinois Press, 2007. Provavelmente a primeira tentativa de suspender as restrições à emigração, características do Antigo Regime na Europa, constou da nova constituição francesa de 1791. O primeiro “direito natural e civil” garantido por ela — o qual aparecia, no texto constitucional, antes mesmo do direito à liberdade de expressão e de reunião e associação — foi a liberdade de “ir e vir e permanecer”. Este direito de partir foi difundido para o resto da Europa, principalmente do norte e oeste para o sul e o leste, como o avanço do século XIX: Grã-Bretanha (anos 1820); Suécia, os estados germânicos, Bélgica, Países Baixos e a Confederação Suíça (anos 1840); Espanha e Portugal (década de 1850); e Rússia (anos 1890). TORPEY, J. *Leaving: A Comparative View*, In: GREEN, N. e WEIL, F. (Orgs.), op. cit.; MOYA, J. C., op. cit., p. 20; MATTHEWS, M. *The Passport Society: Controlling Movement in Russia and USSR*. Boulder: Westview, 1993, p. 10-11.

mais oportunidades e também mais insegurança nas regiões rurais da Europa — elementos que normalmente dão lugar ao aumento da movimentação populacional pelo continente e para além do oceano, e que, neste caso, efetivamente deram lugar a esses deslocamentos.

Esses processos interligados de expansão demográfica, travessias transatlânticas, inovações tecnológicas e transformações econômicas elevaram drasticamente a importância relativa da América do Norte no mundo. Demograficamente, a população da Europa e da América passou de 24% para 35% da população mundial durante o século XIX, ao passo que as proporções da Ásia e da África caíam, respectivamente, de 65% para 57% e de 11% para 8%. Quando a expansão europeia nas Américas começou, em 1500, apenas uma das dez maiores cidades do mundo (Paris, em nono lugar) pertencia ao mundo atlântico. Em 1800, sete dessas dez ainda se localizavam na Ásia. Já em 1900, nove das dez maiores cidades estavam no Atlântico Norte e Buenos Aires em breve entraria para essa lista. O deslocamento econômico foi igualmente drástico. Em 1800, Grã-Bretanha, França e Estados Unidos representavam, juntos, menos de um décimo da manufatura mundial, enquanto a China sozinha produzia um terço. Por volta de 1900, os três países do Atlântico Norte eram responsáveis por praticamente metade da produção mundial, ao passo que à China passou a caber apenas 6%. Conforme apontaram Bin Wong, Ken Pomeranz, Richard Von Glahn e outros historiadores da “escola californiana”, a “Grande Divergência” do desenvolvimento econômico entre o Atlântico Norte e as outras regiões avançadas do mundo (como o vale do rio Yangtze, na China, e Gujarat, na Índia) emergiu no século XIX.¹⁰

A migração europeia em larga escala e a transição paralela do capitalismo mercantilista e do status colonial para o capitalismo

¹⁰ WONG, R. B. *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience*. Ithaca: Cornell University Press, 1997; POMERANZ, K., op. cit.; VON GLAHN, R. *Fountain of Fortune: Money and Monetary Policy in China, 1000-1700*. Berkeley: University of California Press, 1996. Para uma perspectiva contrária, que data de 1500, e até de antes disso, os avanços econômicos e tecnológicos da Europa, ver LANDES, D. S. *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some Are So Rich and Some So Poor*. New York: Norton, 1998.

industrial e para a semi-independência republicana também alteraram os centros sociais, econômicos e políticos do hemisfério ocidental. Antes de 1800, as histórias coloniais de sucessos eram baseadas na combinação entre mão-de-obra nativa e metais preciosos ou então entre escravidão africana e produtos tropicais para exportação. A prata de Zacatecas e Potosí havia transformado México e Peru nas estrelas do firmamento de um império espanhol que se espalhou das Filipinas aos Países Baixos — o primeiro império no qual o sol realmente nunca se punha. Os vice-reinados da América espanhola tornaram-se sinônimo de riqueza nas línguas europeias, como, por exemplo, quando alguns personagens da ópera de 1790 de Mozart, *Così fan tutte*, exclamam: “Ah, questo medico vale un Peru [Ah, este médico vale um Peru]!” O açúcar e a escravidão transformaram São Domingos em uma das colônias mais ricas no século XVIII, chegando a valer muitas vezes mais para os franceses do que as grandes despesas de Quebec ou Louisiana. O produto interno bruto per capita em Cuba equivalera a 167% daquele dos Estados Unidos em 1700 e 112% em 1800.¹¹ Barbados era mais lucrativo para os britânicos do que todas as treze colônias continentais juntas e, entre estas, as do sul eram mais ricas do que as do norte.

O século XIX alterou drasticamente essa situação. A próspera São Domingos interrompeu suas conexões transatlânticas ao tornar-se o pobre e isolado — ainda que menos sujeito à exploração — Haiti. O México pós-independência submergiu em um caos político e declínio econômico, dos quais se recuperaria apenas por volta do final do século. O mesmo ocorreu com o Peru após sua independência, país mais urbano no século XVIII do que seria no XIX. Os novos focos de crescimento econômico e desenvolvimento social surgiram precisamente nos cantões mais marginais e de menos sucesso do império europeu: as regiões temperadas das Américas do Norte e do Sul. A diferença entre as economias do México e dos Estados Unidos é, nesse sentido, paradigmática. Durante boa parte do período colonial, o primeiro foi, na verdade, mais rico do que estes últimos. Por volta de 1800,

¹¹ COATSWORTH, J. H. e TAYLOR, A. (Orgs.). *Latin America and the World Economy since 1800*. Cambridge: David Rockefeller Center for Latin American Studies; Harvard University Press, 1998, p. 26.

porém, o PIB per capita dos Estados Unidos já totalizava o dobro do mexicano. Mas o grande cisma deu-se nas décadas seguintes. Em 1870, os Estados Unidos tornaram-se sete vezes mais ricos do que seu vizinho ao sul, uma proporção que se mantém até o presente.

Em relação aos antigos centros coloniais, apenas Cuba manteve e até elevou sua posição de proeminência no mundo atlântico durante o século XIX. De fato, apesar de a ilha ser uma das colônias mais antigas nas Américas e de estar no centro do comércio imperial desde o início por causa de sua localização estratégica, Cuba desenvolveu seu sistema de *plantation* consideravelmente tarde. Antes da metade do século XVIII, a ilha fora um entreposto entre a prata da Nova Espanha e a metrópole, com um interior rural povoado principalmente por fazendeiros e estancieiros espanhóis. O crescimento da produção e exportação do açúcar, particularmente após o colapso da economia do açúcar no Haiti durante a revolução deste país (1791-1804), gerou uma forma peculiar de capitalismo durante o século XIX, a qual combinou as relações de trabalho que haviam representado os polos opostos de atraso e de modernidade no imaginário político da época: a escravidão africana e o trabalho assalariado europeu, além de uma forma intermediária, a mão-de-obra chinesa não especializada.¹² O tráfico de escravos durou mais tempo na ilha (até a metade dos anos 1860) do que em qualquer outro lugar nas Américas,¹³ e a abolição da escravidão deu-se mais tarde (1886) do que em todos os outros países, com exceção do Brasil (1888). No entanto, depois de meados do século, Cuba também recebeu o sexto maior contingente de imigrantes europeus no mundo e foi o maior empregador de trabalhadores cantoneses não especializados. As relações sociais de produção pareciam uma combinação das relações existentes nas Índias Orientais holandesas do século XVII (os precursores do tráfico de trabalhadores chineses não especializados), na São Domingos do século XVIII e no Uruguai do século XIX.

¹² Para as contradições dessas características “arcaicas” e “modernas” do capitalismo cubano, ver TOMICH, D. *World Slavery and Caribbean Capitalism: The Cuban Sugar Industry, 1760-1868. Theory and Society*, v. 20, n. 3, p. 297-319, 1991.

¹³ MURRAY, D. R. *Odious Commerce: Britain, Spain, and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 244.

Essa mistura entre as formas “arcaicas” e “modernas” de organização do trabalho no contexto de uma economia dinâmica não esteve limitada à Cuba do século XIX. Louisiana e as regiões economicamente mais vigorosas do sul dos Estados Unidos encaixaram-se no modelo até a Guerra Civil americana. O capitalismo híbrido de Cuba, no entanto, é digno de nota por causa da vitalidade de sua quase modernidade e devido ao lugar proeminente em que colocou a ilha no contexto do mundo atlântico. No começo do século XIX, Cuba já era a região mais urbana nesse universo, ultrapassando os Países Baixos e a Inglaterra, e três vezes mais urbana do que sua metrópole ibérica.¹⁴ Ao final do século, ainda era o sexto país mais urbano do planeta.¹⁵ A precoce introdução do motor a vapor em 1794 e seu amplo uso nos engenhos de açúcar levou a ilha à vanguarda da revolução industrial.¹⁶ As inovações tecnológicas da modernização do século XIX no mundo atlântico foram implantadas na ilha surpreendentemente cedo. Ruas macadamizadas foram construídas em 1818, apenas dois anos depois de o próprio John McAdam tê-las construído em Bristol e vários anos antes de serem construídas nos Estados Unidos. Um ano mais tarde, o primeiro serviço de navio a vapor ligou Havana e Matanzas, apenas doze anos depois da viagem inaugural do navio Clermont de Robert Fulton entre Nova York e Albany. A estrada de ferro apareceu em 1837, doze anos depois de seu *début* na Inglaterra, sete anos após sua instalação nos Estados Unidos e doze anos antes de chegar à

¹⁴ A população urbana de Cuba é definida, aqui, como aquela que habitava cidades com mais de 10.000 habitantes, de acordo com dados de 1792 de MORSE, R. *Trends and Patterns of Latin American Urbanization, 1750-1920. Comparative Studies in Society and History*, v. 16, n. 4, p. 439, 1974, e correspondia a 30% da população total. Dados comparáveis em relação a 1800 e presentes em DE VRIES, J. *European Urbanization, 1500-1800*. Cambridge: Harvard University Press, 1984, p. 39, somam 29% para os Países Baixos e 20% para a Inglaterra e o País de Gales — as duas maiores taxas da Europa e a segunda e terceira mais altas do mundo atlântico.

¹⁵ Calculado dos dados de WEBER, A. *The Growth of Cities in the Nineteenth Century*. New York: Macmillan, 1899, p. 136, 143-145.

¹⁶ POMERANZ, K e TOPIK, S., *The World That Trade Created: Society, Culture, and the World Economy, 1400 - the Present*. Armonk: M. E. Sharpe, 1999, p. 215, afirmam que a produção industrial pode ter tido origem de fato nas usinas de açúcar da América Latina.

metrópole imperial. Foi a primeira estrada de ferro na América Latina e a sétima no mundo. O serviço telefônico foi inaugurado em Havana em 1881, apenas cinco anos depois de Alexander Graham Bell patenteá-lo, ao passo que o próprio aparelho telefônico pode ter sido inventado lá três décadas antes por um imigrante italiano que mais tarde processaria Bell por causa da patente.¹⁷ Outros produtos da modernidade do século XIX, da luz elétrica e bondes a tratamentos médicos e o beisebol, alcançaram a ilha bastante cedo.

O crescimento econômico nas regiões temperadas da América do Sul acelerou-se um pouco mais tarde do que o crescimento nas regiões temperadas da América do Norte e em Cuba — depois de meados do século —, mas se deu de forma igualmente drástica. A região do rio Prata, ocupada pela Argentina oriental, pelo Uruguai e pelo sul do Brasil, formara, por boa parte do período colonial, uma região atrasada dos domínios ibéricos. Em 1900, porém, tornou-se a região mais desenvolvida da América Latina. Se, em 1800, os europeus ainda usavam expressões como “vale um Peru” ou “rico como Potosí” para indicar grandes riquezas, em 1900, tais locuções sobreviviam apenas em livros antigos e haviam sido substituídas oralmente por “rico como um argentino”. Estatísticas econômicas sustentavam a expressão. No início dos anos 1900, a renda per capita na Argentina igualava a da Alemanha e a dos Países Baixos e ultrapassava não somente a de países meridionais, como a Espanha e a Itália, mas também de países do norte europeu, como a Suécia e a Suíça. A nação sul-americana tornara-se então o oitavo país mais rico do mundo.

A mudança devia-se precisamente à profunda integração do país à economia atlântica: ao afluxo de capital, tecnologia, produtos manufaturados e mão-de-obra europeus; e à exportação da grande produção agropastoril dos pampas. O país recebeu o segundo maior contingente de imigrantes europeus no mundo,

¹⁷ Antonio Meucci, que chegara em Cuba vindo de Florença em 1835 para trabalhar como técnico de palco em teatros, perdeu seu litígio legal contra o próspero Bell. Mas o secretário de estado norte-americano acreditava que “existem provas suficientes para dar prioridade a Meucci na invenção do telefone”, e o governo norte-americano abriu uma investigação de fraude contra a patente de Bell; SCHIARO, G. E. *Antonio Meucci: Inventor of the Telephone*. New York: Vigo, 1959.

atrás apenas dos Estados Unidos. Em 1870, a Argentina importava a maior parte dos cereais consumidos. Já em 1914, tornou-se o segundo maior exportador de grãos do mundo, atrás dos Estados Unidos. Seu comércio internacional ultrapassou o canadense. Passou a importar mais produtos per capita do que qualquer outro país no mundo, com exceção de entrepostos como a Bélgica e os Países Baixos.

Essa integração não teria sido possível em 1800 e a lista dos obstáculos a esse processo ajuda a destacar, por meio do contraste, as grandes transformações do mundo atlântico no século seguinte. Em 1800, a Europa ainda não acumulara suficiente excedente de capital ou de mão-de-obra para inaugurar uma era de capitalismo financeiro global e migrações em massa. A população do continente, essencialmente camponesa e ainda relativamente pequena, não poderia ter fornecido os trabalhadores rurais de que as planícies temperadas do Novo Mundo, fracamente povoadas, necessitavam para uma produção voltada para o mercado, nem poderia constituir um mercado consumidor significativo para os potenciais produtos das planícies americanas. Mesmo se pudesse, as restrições mercantilistas ao fluxo de pessoas e mercadorias em ambos os lados do Atlântico teriam impedido o processo. E mesmo se tais restrições políticas não existissem, restrições tecnológicas teriam apresentado obstáculos. Carros de boi e navios a vela não poderiam ter transportado milhões de pessoas e milhões de toneladas de grãos, carne bovina e ovina do interior do continente para os portos e, então, para o outro lado do Atlântico. Sem navios refrigerados, a carne só poderia ser transportada com o gado vivo ou então salgada — o charque, que era enviado para as propriedades agrícolas, onde os escravos tinham poucas opções gastronômicas, mas que não tivera aceitação na Europa, mesmo entre a população urbana mais pobre. O gado bovino selvagem dos pastos fornecia carne magra e dura, enquanto seus vizinhos ovinos ofereciam lã curta e áspera, ambos produtos com demanda externa limitada. Eles pastavam livremente entre as propriedades, que não possuíam cercas, tornando o cultivo de vegetais impossível. E boa parte dos pastos ainda pertencia a populações nativas seminômades, que não tinham necessidade ou interesse em mudar seu modo de vida em prol da organização de uma agricultura mercantil.

Com o passar do século XIX, no entanto, esses obstáculos foram gradualmente superados. A introdução do rifle de repetição,

do telégrafo e dos exércitos nacionais organizados após a metade do século possibilitou a conquista das últimas “fronteiras indígenas” no hemisfério ocidental (os limites meridionais da Argentina e do Chile e o Oeste norte-americano). Estradas de ferro facilitaram essa expansão, enquanto cercas de arame farpado facilitaram a demarcação de propriedades, a criação seletiva de animais e a difusão da produção comercial de gado e da agricultura. O drástico aumento da população europeia, sua crescente urbanização, a emergência de sociedades de consumo, a industrialização, barcos a vapor e a suspensão das restrições mercantilistas ao comércio e à migração superaram, como apontado anteriormente, muitos dos outros obstáculos à integração atlântica pós-colonial.

O deslocamento socioeconômico causado pela migração europeia no hemisfério ocidental/Ocidente como um todo durante o século XIX também pode ser detectado no contexto de alguns países específicos. Nos Estados Unidos, o sul, que até os anos 1830 fora a região mais rica do país, tornou-se a mais pobre, deixada para trás pela industrialização estimulada pela imigração e pelo crescimento da população do nordeste e meio-oeste. Na Argentina, a região andina, que já fora bastante afluyente por sua ligação com a economia colonial da prata do Alto Peru, estagnou, ao passo que seu litoral atlântico tornou-se uma das dez regiões mais ricas do mundo em 1900. No Brasil, o centro econômico transferiu-se do Nordeste, anteriormente próspero por causa da produção de açúcar, para as minas de ouro e diamante de Minas Gerais, no século XVIII, e posteriormente para as regiões meridionais temperadas, no século XIX.

Esses deslocamentos e diferenças regionais tornaram ainda mais complexa a questão da iniquidade racial nesses três países. A maior parte da população não branca (negros nos Estados Unidos e no Brasil, mestiços na Argentina) residia nas antigas prósperas regiões coloniais das grandes propriedades agrícolas e das minas. Sua penúria nessas localidades não se devia à escassez econômica, mas a uma longa política de má distribuição. Afinal, o regime de propriedade previsto na escravidão e os arranjos em relação à mão-de-obra parcialmente cativa haviam sido práticas legais instituídas e defendidas a força pelo governo. Por si só, a abolição da escravidão e do trabalho coagido no século XIX não poderia diminuir significativamente as iniquidades raciais, mesmo se as regiões coloniais tivessem mantido sua prosperidade

econômica. Um mercado livre — mesmo sendo realmente livre — não poderia apagar iniquidades originalmente produzidas e mantidas não pelas relações de mercado, mas pelo poder político. A igualdade legal e o sistema econômico pós-abolição, mais aberto e competitivo, não poderiam equalizar o “jogo”, uma vez que os pontos de partida haviam sido determinados com muita discrepância por meio da lei e da força. Na ausência de novos arranjos políticos para a largada, antigas iniquidades foram efetivamente preservadas por causa dos privilégios acumulados, das desvantagens acumuladas e da discriminação não oficial. Todavia, a estagnação da economia e o declínio das antigas regiões coloniais agravaram a situação, ao fundir problemas de distribuição e de escassez. No período colonial, era possível caracterizar a população não branca desses três países como pessoas pobres habitando regiões ricas. O século XIX desatou as amarras legais que os mantinham pobres ou escravizados, mas também os transformou em pobres vivendo em regiões pobres. A iniquidade regional tornou-se um reforço estrutural da iniquidade racial.

A mobilidade intrarregional relativamente baixa agravou ainda mais essa iniquidade. A migração espontânea depende do desenvolvimento cumulativo de redes e capital sociais. Trabalhadores libertos — fossem eles ex-servos do Velho Mundo ou ex-escravos e *ex-mitayos*¹⁸ no Novo — raramente migraram em larga escala nas gerações imediatamente posteriores à sua emancipação. Antes da I Guerra Mundial, portanto, a maior parte da população não branca da Argentina, Brasil e Estados Unidos permaneceu naquelas que haviam se tornado as regiões mais pobres de seus respectivos países. Enquanto isso, imigrantes europeus dirigiam-se para as regiões mais dinâmicas, precisamente no momento em que a mão-de-obra era escassa e os salários e as oportunidades econômicas, altos. Negros e mestiços que se dirigiram para São Paulo, Chicago ou Buenos Aires foram os “últimos a chegar” — uma desvantagem em si mesma — e encontraram condições econômicas ainda menos vantajosas. Divergentes taxas regionais de urbanização durante o século XIX

¹⁸ Trabalhadores indígenas submetidos a trabalhos forçados. (Nota da tradutora.)

reforçaram a ligação entre iniquidade regional e racial. A população não branca manteve-se principalmente rural, ao passo que imigrantes europeus dirigiram-se cada vez mais para as cidades do Novo Mundo, cuja expansão era facilitada pela presença desses.

Apesar de a integração do hemisfério ocidental à divisão do trabalho do mundo Atlântico basear-se na exportação de matéria-prima, as atividades dos setores secundários e terciários das economias domésticas tiveram estímulo suficiente para gerar a urbanização mais rápida do mundo. Em 1800, apenas uma das 36 cidades com população superior a 100.000 habitantes era situada nas Américas (Cidade do México). Com o fim do período liberal de migração e comércio livres por causa da Grande Depressão, o hemisfério ocidental contava com 162 das 678 cidades do mundo com mais de 100.000 habitantes. No que concerne ao universo das maiores cidades do globo terrestre, sua participação elevou-se de 3% para 24%, tendo sido o único continente a experimentar uma elevação dessas proporções.¹⁹ Tal crescimento também alterou a distribuição dos centros urbanos no hemisfério ocidental.

Antes de 1800, o desenvolvimento urbano nas Américas concentrara-se nos domínios ibéricos. Aqueles de possessão espanhola continham 37 (quase três quartos) das 50 maiores cidades do hemisfério por volta de 1790, o Brasil tinha sete, os Estados Unidos, cinco, e a São Domingos francesa, uma. As dez maiores localizavam-se nos antigos centros coloniais, e possuíam uma economia baseada na mineração da prata com mão-de-obra nativa ou nas *plantations* com escravos africanos: Cidade do México (131.000), Salvador, na Bahia, (60.000), Puebla (57.000), Lima (53.000), Havana (51.000), Rio de Janeiro (50.000), Guanajuato (45.000), Antígua (43.000), La Paz (40.000) e Potosí (37.000). Foi um momento em que Caracas e Cuzco ainda eram mais populosos do que Nova York e Buenos Aires e em que todas as cidades dos Estados Unidos, com exceção de Filadélfia e Nova York, ficavam atrás de lugares atualmente tão obscuros como Ayacucho, Cochabamba, Arequipa, Maracaíbo, Oruro, Chuquisaca (Sucre),

¹⁹ HOYT, H. The Growth of Cities from 1800 to 1960. *Land Economics*, v. 39, n. 2, p. 167-173, 1963.

Morelia e Recife. Com o fim do século XVIII, a Cidade do México tinha, sozinha, uma população maior do que as das cinco maiores cidades dos Estados Unidos juntas.²⁰

A chegada maciça de europeus mudaria drasticamente esse cenário. Na década de 1820, Nova York já se tornara a maior cidade do hemisfério. Em 1860, uma faixa costeira de 200 milhas de extensão no nordeste dos Estados Unidos continha as quatro maiores cidades do Novo Mundo (Nova York, Filadélfia, Brooklin e Baltimore). No mesmo ano, Saint Louis, no Missouri, tinha uma população seis vezes maior do que a de San Luis Potosí, no México, a qual fora maior do que *qualquer* cidade nos Estados Unidos até a metade do século XVIII. Ao sul do hemisfério, Buenos Aires — que fora uma pequena cidade durante boa parte do período colonial e que ainda se encontrava em sexto lugar entre as maiores cidades iberoamericanas até meados do século XIX — tornou-se a principal metrópole da América Latina em 1890. Semelhantemente, Uruguai (outra área marginal durante o período colonial) tornou-se o segundo país mais urbano do mundo, depois da Inglaterra.

As antigas cidades coloniais que conseguiram renovar suas ligações atlânticas e receber um número significativo de imigrantes europeus (como o Rio de Janeiro e Havana) puderam expandir-se durante o século XIX. No entanto, a maior parte das expansões ocorreu em cidades que não haviam sido importantes no período colonial ou que até não existiam então. No que diz respeito à urbanização, uma das guinadas mais espetaculares deu-se em São Paulo, uma cidade de 20.000 habitantes em 1870 que, meio século mais tarde, contava com uma população de 600.000, ultrapassando, nesse processo, todas as principais cidades do antigo complexo de *plantations* do Nordeste (Salvador, Recife, Olinda, Fortaleza, São Luís, Belém). A guinada de Buenos Aires foi talvez ainda mais

²⁰ Baseado nos meus cálculos a partir dos dados dos censos dos Estados Unidos; BOYER, R. e DAVIES, K. *Urbanization in 19th-Century Latin America: Statistics and sources*. Los Angeles: UCLA — Latin American Center, 1973; MORSE, R., op. cit., p. 416-447; NIGHT, F. W. e LISS, P. K. (Orgs.). *Atlantic Port Cities: Economy, Culture, and Society in the Atlantic World, 1650-1850*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1991, p. 263; WEBRE, S. *Water and Society in a Spanish American City: Santiago de Guatemala, 1555-1773*. *Hispanic American Historical Review*, v. 70, n. 1, p. 59, 1990; MINCHON, M. *The People of Quito — 1810: Change and Unrest in the Underclass*. Boulder: Westview, 1994, p. 135; e MOYA, op. cit., p. 148-149.

espetacular: saiu do 19º para o terceiro lugar entre as maiores cidades da bacia do Atlântico durante mais ou menos o mesmo período. Ainda na Argentina, ondas de recém-chegados da Europa transformaram Rosário, uma vila de 3.000 pessoas em 1850, numa cidade com quase um milhão de habitantes no início da I Guerra Mundial. Conhecida localmente como a Barcelona argentina por causa da militância de seu movimento operário, tornou-se então a segunda maior cidade do país. Nessa transformação, deixou para trás todas as cidades do noroeste indígena, que haviam prosperado no passado como cidades-satélites do complexo da prata de Potosí. O mesmo ocorreu com outras cidades de imigração, como La Plata, Santa Fé, Bahia Blanca e Mendoza.

Enquanto isso, ao norte, uma cidade elevou-se (literalmente, pois lá foram inventados os arranha-céus) espetacularmente entre as demais às margens do Lago Michigan. Chicago expandiu-se de um pequeno vilarejo de 350 almas em 1830 para uma cidade de 30.000 habitantes em meados do século e, em seguida, uma metrópole com população de 2,2 milhões em 1910, quando passou a ser a segunda maior cidade do hemisfério. Ao mesmo tempo, Charleston, na Carolina do Sul, que fora a quarta cidade dos Estados Unidos ao final do século XVIII, caíra para a 22ª posição na metade do século XIX e cairia ainda mais, chegando ao 68º lugar no final do século.

A imigração européia, portanto, inverteu o ranque da urbanização no hemisfério ocidental durante o século XIX. Das 50 maiores cidades em 1790, 32 deixariam a lista das 100 maiores até 1910. Inversamente, 79 das 100 maiores cidades em 1910 não constavam entre as 50 maiores em 1790, tanto porque não existiam naquela época ou porque eram então pequenos vilarejos rurais. Isso causou uma mudança regional dramática. Em 1790, a América Latina contava com 45 das 50 maiores cidades do Novo Mundo, ao passo que apenas cinco localizavam-se nos Estados Unidos. Já em 1910, a América Latina tinha 23 das 100 maiores cidades do hemisfério, enquanto os Estados Unidos contava com 72, e as cinco restantes estavam situadas no Canadá. Em 1790, os Estados Unidos não tinham nenhuma cidade na lista das dez maiores; já em 1910 passaram a ter sete, inclusive as três primeiras. A maior de todas, Nova York, tinha então uma população mais de dez vezes maior do que a da Cidade do México, que caíra para a 12ª posição. Tanto na América do Sul quanto na do Norte, a urbanização do século XIX foi alimentada pela imigração europeia. Em 1910, as onze

maiores cidades das Américas, assim como 81 das 100 maiores cidades desses continentes, eram cidades de imigrantes. E os cinco países mais urbanos (Uruguai, Cuba, Argentina, Estados Unidos e Canadá) eram aqueles com as proporções mais altas de imigrantes em sua população.

Qualquer que seja a definição de modernidade que se adote, e sempre a situando em espaços urbanos, é possível afirmar que os espaços do “moderno” no hemisfério ocidental deslocaram-se, durante do século XIX, dos centros coloniais indomesticos e afroamericanos para a Euroamérica — limites temperados do hemisfério que haviam sido também áreas socioeconomicamente marginais — e para Cuba. Somente os antolhos norteamericanistas podem ocultar o fato de que, antes de 1776, os principais centros da modernidade não eram Boston ou Filadélfia, mas cidades como Guanajuato e Salvador (no que diz respeito à tecnologia e a uma produção direcionada para o mercado), ou então Cidade do México e Lima (no que concerne a livros, teatros, arquitetura, música e outras produções culturais).²¹ E apenas a definição mais equivocada de modernidades alternativas pode negar a evidente realocação para lugares como Nova York, Chicago, Buenos Aires, Montevidéu e São Paulo, que ocorreu durante o século XIX.

A modernidade sofreu mudanças não apenas em sua orientação espacial, mas também em seu conteúdo interno. Economicamente, mudou — nos novos centros de modernidade das Américas — de crescimento para desenvolvimento, para usar aqui a distinção feita pelos defensores da teoria da dependência. A prosperidade dos antigos centros coloniais baseara-se na opulência da natureza ou na hiperexploração da mão-de-obra. Esta perspectiva representava a forma mais rudimentar de crescimento econômico: aumento de produção com algum investimento na infraestrutura produtiva, mas nenhum investimento para o desenvolvimento social. Pode-se arriscar dizer que essas regiões tiveram um desenvolvimento falso. Suas estruturas sociais tornaram-se desiguais e verticais a fim de fornecerem uma base

²¹ Esse é o argumento da obra premiada de CAÑIZARES-ESGUERRA, J. *How to Write the History of the New World: Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: Stanford University Press, 2002. Seu caráter aparentemente iconoclasta revela o alcance dos tais antolhos.

sólida fosse para a construção da nação ou então para a economia de consumo. Além disso, a introdução abrupta do capitalismo liberal no século XIX frequentemente exacerbou tais iniquidades. Nesse sentido, o “fracasso” colonial das áreas marginais — como o Canadá, o nordeste e meio-oeste dos Estados Unidos, a Argentina oriental, o sul do Brasil e, de forma menos acentuada, a Costa Rica, o Chile e algumas partes de Cuba — acabou sendo uma benção disfarçada. Ao invés de alcançarem um desenvolvimento *falso* por meio da hiperexploração colonial das relações sociais, tais áreas simplesmente se desenvolveram *menos*. A população dessas regiões era esparsa devido à ausência de uma densa população indígena e à importação limitada de escravos africanos, e tal característica determinou um aumento do custo da mão-de-obra e, conseqüentemente, dos salários. Até Cuba — que, como os Estados Unidos e o Brasil, é um país que contou com a dupla herança de *plantation*/escravidão e povoamento europeu — teve alguns dos salários mais altos do hemisfério ocidental durante o século XIX. Os salários das classes trabalhadoras na Argentina eram onze vezes mais altos dos que no México, sendo até mais altos do que nos Estados Unidos e no Canadá.

A migração maciça e as transformações econômicas que a acompanharam tiveram um enorme impacto no conteúdo e difusão socioculturais da modernidade. A modernidade mais remota do período colonial fora apenas um verniz que cobria uma fina camada social. Antes de 1800, permaneceu mais como um projeto do que como uma realidade, uma mistura de ideias e ideais derivados do humanismo renascentista e do Iluminismo, que circularam entre uma pequena porção da população do Novo Mundo, sendo que sua maioria era de origem rural e analfabeta. Ainda que o século XIX tenha testemunhado uma intensificação da modernidade como projeto e ideologia das elites, em muitas regiões das Américas, a modernidade permaneceu monofônica e situada principalmente no âmbito do discurso. Em outras, porém, tornou-se polifônica e transcendeu o âmbito do discurso, afetando todos os aspectos da vida a partir dos anos 1900.

Nesses locais, a descrição da modernidade como uma metanarrativa do progresso, da racionalidade instrumental, do cientificismo e de um projeto político específico que foi elaborada pela crítica pós-colonial é tão reducionista que não atinge nem mesmo o nível de uma caricatura. A modernidade da *belle époque* em tais localidades incluiu uma confusa diversidade de vozes que

variavam do hiperrracional ao sensualista, do primitivismo ao futurismo, do egotismo ao coletivismo, do materialismo marxista ao espiritualismo kardecista. O termo *modernismo* (que raramente ou mesmo nunca fora usado para definir um movimento até os anos 1880) foi deliberadamente aplicado à vertente arquitetônica catalã associada a Antoni Gaudí, ao movimento literário hispano-americano associado a Rubén Darío, aos escritores pós-românticos e compositores neorromânticos e aos literatos brasileiros dos anos 1920, entre outras de tendências diversas e até antitéticas. As três décadas posteriores a 1890 produziram mais *ismos* do que os três séculos anteriores. A proliferação dos prefixos *neo* e *pós* nessa variedade de *ismos* é outra evidência de que, discursivamente, a modernidade não se tornara a celebração monotônica e conservadora do progresso que os críticos da pós-modernidade descrevem, mas na cacofonia descentralizada que a pós-modernidade supostamente representa. De fato, pela necessidade intrínseca da modernidade de desafiar e exceder a si própria para continuar a ser, por definição, moderna; pela inexorável torrente em direção ao *neo*, ao *pós* e ao limite, a pós-modernidade tornou-se o único *pós* impossível.

Mais importante do que essas transformações discursivas (ainda que relacionados a elas), a imigração em larga escala e os processos que a acompanharam massificaram a modernidade, transformando-a de uma ideologia de elite em um modo geral de vida. O cosmopolitismo evoluiu de postura a prática, de pose ideológica relacionada às pretensões do Iluminismo a comportamentos e experiências cotidianos nos bairros multinacionais de Nova York, São Paulo ou Montevidéu. Estas e outras cidades de imigrantes das Américas foram unidas ao novo mundo atlântico pela circulação maciça de pessoas, produtos, tecnologias, ideologias, textos, imagens, modelos institucionais e organizacionais, arte intelectualizada e música popular, além de vários outros itens, de receitas de canja de galinha a receitas de bombas anarquistas. No que diz respeito à densidade das conexões e à proporção de pessoas conectada por essas, esse novo Atlântico era, de fato, completamente diferente do antigo Atlântico colonial, de galeões, prata, açúcar e escravos. A ampla e incessante circulação de pessoas, materiais e bens culturais através de lugares como Nova York e Buenos Aires representou as duas características mais distintas do moderno: a intensa ligação entre o local e o global e a massificação. A mobilidade de massa, a

comunicação de massa, o consumo de massa, a cultura e política de massa — em outras palavras, a formação das sociedades de massa — tornaram-se inquestionavelmente o traço que mais distintamente diferenciou a modernidade de 1900 daquela do período colonial e do mundo “moderno” de então.

A ascensão dos Estados Unidos pode ser o resultado mais visível desse processo no Novo Mundo, mas a noção de que o processo restringiu-se ao norte do Trópico de Câncer reflete a miopia anglo-americana. Havana, um pouco abaixo dessa linha, e Rosário, ao sul do Trópico de Capricórnio, eram ambas mais modernas e mais intimamente ligadas aos círculos atlânticos durante o século XIX do que a maioria das cidades dos Estados Unidos e Canadá. E mais navios, produtos e pessoas originários de Europa deslocaram-se para a região do Rio da Prata do que para o sul dos Estados Unidos. De acordo com qualquer critério de modernidade — urbanização, mobilidade e mobilização de massa, comercialização, densidade de conexões com o mundo externo, letramento, meios de comunicação e renda per capita, participação cívica, participação em associações civis, saúde pública, taxas de mortalidade e de expectativa de vida, e consumo material e cultural de forma generalizada —, a linha divisória existente no início do século XX não separava a América anglo-saxônica da Latina, mas as novas regiões de ocupação europeia das antigas colônias de *haciendas*, *prata* e *plantations*. Era essa divisão, ao invés do neocolonialismo ou da dependência *per se*, que separava os ricos dos pobres no nível dos hemisférios. De maneira geral, os países mais ricos e mais economicamente democráticos eram precisamente aqueles que tinham as mais fortes ligações sociais, culturais e econômicas com o mundo atlântico, países tão dependentes de fatores externos que dependiam inclusive de mão-de-obra importada.

Essa situação apresenta um contexto amplo para os três artigos do volume *Hispanic American Historic Review* dedicado à imigração. A hispanofobia que Pablo Yankelevich analisa no contexto do México revolucionário foi moldada pela imigração e modernização limitadas do país, ao passo que, na Argentina, o mesmo fenômeno foi influenciado por uma imigração em larga escala e por uma rápida modernização.²² Quando da deflagração

²² Para uma discussão sobre a hispanofobia na Argentina, ver MOYA, op. cit., p. 363-366, cap. 7, para uma comparação com o México.

da Revolução Mexicana, havia apenas cerca de 30.000 hispânicos no México, que correspondiam a apenas dois em mil habitantes do país. Por volta da mesma época, havia 830.000 hispânicos na Argentina, que representavam mais de 10% da população total. Imigrantes europeus em geral correspondiam a quase um em cada três habitantes na Argentina, contra um em cada trezentos no México. A emigração para o México não foi um movimento proletário em larga escala, mas um leve afluxo de pessoas com planos ou aspirações mercantis. Trabalhadores não se deslocariam em busca de emprego para países onde a mão-de-obra era abundante e os salários, mais baixos do que em seus países de origem. Os hispânicos, como outros imigrantes europeus na Argentina, tinham poucos representantes no topo da pirâmide econômica e, devido à sua presença maciça, a maioria estava concentrada entre a mão-de-obra assalariada em ocupações subalternas e de pouca qualificação, como os serviços domésticos, setor no qual estavam fortemente representados. No México, ao contrário, os hispânicos e outros imigrantes europeus tinham muitos representantes no topo da pirâmide socioeconômica e estavam concentrados na camada mais rica.

A hispanofobia no México, portanto, continha um distinto elemento de ressentimento de classe, que, porém, não encontramos na Argentina, onde aquela representara, durante o século XIX, uma forma de desprezo da elite em relação ao atraso e obscurantismo que a cultura espanhola tendeu a simbolizar no imaginário político do Iluminismo e do capitalismo liberal. Para a elite mexicana do mesmo período, a cultura espanhola representava (como mostrou Romana Falcón) civilização ao invés de atraso, e a resistência contra a aristocracia rural de origem espanhola, os guachupines, era um fenômeno essencialmente plebeu que expressava não desprezo, mas ressentimento em relação à arrogância daqueles.²³ A hispanofobia mexicana reagiu não apenas contra o orgulho da classe hispânica, mas também contra seu sentimento generalizado de superioridade racial em um país onde nove décimos da população eram índios ou mestiços. Na Argentina, a imigração maciça transformara uma região

²³ FALCÓN, R. *Las rasgadas de la descolonización: españoles y mexicanos a mediados del siglo XIX*. México DF: Colégio de México, 1996.

fracamente povoada em um país onde nove décimos da população eram de origem européia, diminuindo o valor social da branquidade nesse contexto. A vaidade espanhola, assim, restringiu-se a marcas menos perceptíveis, como a pureza linguística, que não teve muita ressonância, já que a maioria dos imigrantes era originária de regiões onde não se falava o castelhano. Acima de tudo, porém, as manifestações não se assemelhavam às arrogantes afirmações de superioridade de seus compatriotas no México, mas a mecanismos de defesa contra o escárnio da cultura local empregados por outros imigrantes igualmente discriminados na Argentina e nos Estados Unidos.

Quando da celebração do centésimo aniversário da independência na Argentina, que coincidiu com a deflagração da Revolução Mexicana, a hispanofobia tinha dado lugar, entre sua *intelligentsia*, ao hispanismo, uma reação neorromântica e antipositivista ligada ao nacionalismo cultural. Em um país com uma pequena população indígena, com muitos recém-chegados de origem não ibérica e com todas as tensões sociais de uma sociedade urbana de massa, o hispanismo tornou-se uma forma de nostalgia de um passado idealizado pré-moderno e pastoral que personificou o que lhes era autóctone e genuíno. No México — país com uma população indígena majoritária e que estava se esforçando não para enfrentar os desafios da modernidade, mas para entrar nela —, reações antimodernistas e anticosmopolitas tiveram pouco apelo, e o hispanismo tendeu a representar mais os estrangeiros do que os nativos. Como resultado, o nacionalismo emergiu com características antiliberais, elitistas, católicas e hispanófilas na Argentina (semelhantemente à variedade francesa) e com contornos liberais, populistas, seculares — ou até anticlericais, como indica a expulsão de padres, discutida por Yankelevich — e indigenistas no México (similar à variedade italiana). Até os elementos de xenofobia que eles pareciam compartilhar assumiram forma distintas. No México, eram dirigidos, principalmente por parte das camadas mais baixas, ao imperialismo estrangeiro e aos que fossem vistos como estrangeiros privilegiados. Na Argentina, originavam-se principalmente das classes mais altas e voltavam-se contra trabalhadores imigrantes radicais e judeus.

Essa perspectiva explica a particularidades das políticas de expulsão estudadas por Yankelevich. O banimento de pessoas de um império é evidentemente uma prática antiga. Mas a

expulsão de determinados indivíduos com base em serem ou não membros de um Estado — diferentemente do ostracismo de cidadãos, do transporte de condenados para colônias penais ou das expulsões corporativas, como aquelas de judeus, muçulmanos, católicos irlandeses de Ulster ou jesuítas — é um fenômeno relativamente recente, que emergiu durante o período da imigração em larga escala.²⁴ A França foi pioneira da prática, expulsando em apenas um ano (1894) um número maior de estrangeiros (820) do que o México deportou durante todo o período de 1911 a 1940.²⁵ A Argentina a seguiu de perto, expulsando aproximadamente mil imigrantes entre 1902 e o começo da década de 1930. O Brasil, depois de 1907, Cuba e os Estados Unidos, principalmente depois da I Guerra Mundial, também expulsaram elevados números de estrangeiros. Tais deportações, no entanto, deram-se com ordens vindas de cima, a partir do aparato estatal, sem a iniciativa — e apenas com uma reduzida pressão — da população, e quase todos os expulsos eram trabalhadores radicais. De fato, a legislação e os documentos governamentais normalmente referiram-se especificamente à “expulsão de anarquistas”. Yankelevich também detectou casos assim no México. Mas a maioria dos casos lá não envolveu trabalhadores radicais. Na verdade, ele mostra que muito do ímpeto para as expulsões veio de baixo, na forma de reivindicações sociais, alimentadas por um ressentimento de classe e até racial. Nesse sentido, a própria Revolução Mexicana pode ser vista como um processo de massificação, uma forma de incorporação política popular que foi alcançada, por meio de diversos mecanismos, nos países mais economicamente democráticos que foram destino de imigrantes. Nos Estados Unidos, as políticas de massa foram canalizadas através da democracia liberal e de um maquinário político urbano; no Uruguai, por meio do primeiro estado de bem estar social do hemisfério; na Argentina, através da combinação entre populismo de classe média (o Partido Radical) e mobilização operária (ambos por meio de um dos maiores movimentos

²⁴ KEDAR, B. Expulsion as an Issue in World History. *Journal of World History*, v. 7, n. 2, p. 165-180, 1996.

²⁵ Com base nos meus cálculos a partir dos dados das séries Ministère de L'Intérieur, État Signalétique des Anarchistes Étrangers Expulsés de France em Préfecture de Police, Cabinet du Prefet, Archives, France.

operários do mundo à época da deflagração da I Guerra Mundial e de uma variedade de outras associações civis).

O contexto atlântico mais amplo delineado neste artigo também explica bastante a respeito da experiência libanesa no México, de que Theresa Alfaro-Velcamp trata. A chegada relativamente tardia desse grupo reflete não uma circunstância particular, mas um padrão geral. A migração de massa e as transformações que a acompanharam espalharam-se temporal e espacialmente, do nordeste europeu à Escandinávia, e depois para o sudoeste e leste do continente e, eventualmente, para o Mediterrâneo oriental. Os sírios libaneses migraram mais tarde pelas mesmas razões por que os armênios, gregos e albaneses estiveram entre os últimos a aderir ao êxodo transatlântico. Todavia, no momento em que começaram a migrar, os libaneses possivelmente constituíram a diáspora mais difusa do mundo.²⁶ Eles se espalharam por todas as Américas, do Canadá ao Chile, pelo oeste e norte da África, Europa, Austrália e Nova Zelândia. Aquilo que Alfaro-Velcamp identifica como seu “posicionamento” no México é uma estratégia de adaptação que assumiu formas surpreendentemente semelhantes em diversos outros países. A atuação como caixeiros-viajantes durante os primeiros estágios da experiência migratória, a aquisição de um comércio próprio, a inserção na indústria têxtil, a escolha da segunda geração por profissões liberais parece ser um script seguido em todos os lugares, da Austrália à Argentina e da Nigéria à Nicarágua. Semelhantemente, a afirmação de uma origem fenícia e de uma tradição mercante para explicar seu sucesso comercial, que Velcamp detecta na “construção da identidade libanesa mexicana”, foi um tropo discursivo onipresente entre os maronitas por mais de um século em todas as regiões da diáspora e mesmo no Monte Líbano.

²⁶ Os judeus estiveram possivelmente mais espalhados. No entanto, diferentemente dos libaneses (que se originaram de apenas uma pequena região), os judeus não emigraram de sua “terra natal” original e, a partir do século XIX, simbólica, e sim de um vasto número de países espalhados por toda a Europa oriental, pelo Mediterrâneo e pelo mundo árabe. Eles constituíram, assim, não uma diáspora, mas várias. Provavelmente os síndi hindus são os únicos que se aproximam dos libaneses em termos de sua dispersão global. Ver MARKOVITS, C. *The Global World of Indian Merchants, 1750-1947*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

O sucesso econômico dos libaneses no México pode ser comparado àquele dos hispânicos no mesmo país e também aos dos próprios libaneses em outros países relativamente pobres. Como eu disse a respeito dos hispânicos, os imigrantes não se dirigiam para o México ou para outros países de baixos salários em busca de um emprego no mercado de trabalho. Eles migravam para trabalhar por conta própria ou para familiares, com um plano estabelecido para se tornarem donos independentes de seu negócio. Os imigrantes, de forma geral, não eram o “refugo miserável dos litorais populosos”, como descritos no famoso poema de Emma Lazaru. Ao contrário: eles tendiam a ter uma formação social e educacional superior à daqueles que permaneciam em seus lares. Mas no caso de pequenos afluxos para países menos desenvolvidos, a importância da seleção pode ter sido maior. Esses imigrantes não estavam em busca de um emprego; eles necessitavam de um capital inicial ou de acesso a este, de habilidades e aptidões comerciais, de letramento (ou pelo menos noções bases de aritmética) e de determinação suficiente para rumarem para países onde arranjar um emprego assalariado como um reforço no caso de fracasso comercial não era uma boa opção.

Particularmente, os libaneses desenvolveram uma especialização a partir desse tipo de imigração. A maioria efetivamente se dirigiu para os destinos mais frequentes dos imigrantes — Estados Unidos, Argentina e Brasil. Porém um número desproporcionalmente elevado rumou para lugares como Haiti, Jamaica, Colômbia, Equador, África setentrional e até para o México, para onde poucos outros migravam. Mesmo entre os destinos mais frequentes dos imigrantes, os libaneses por vezes se dirigiram para as regiões mais pobres, as quais outros grupos evitavam, como o noroeste andino na Argentina, o nordeste do Brasil e província Oriente, em Cuba. Se seu sucesso comercial devia-se, em parte, à natureza autosseletiva do grupo, devia-se também a uma fraca competição. Essas regiões não eram apenas pobres, mas possuíam também estruturas sociais altamente verticais, classes médias reduzidas, uma burguesia mercantil menor ainda, redes secundárias de comércio pouco desenvolvidas ou mesmo inexistentes, sistemas de crédito igualmente fracos e pouca competição por parte de outros imigrantes comerciantes. Os libaneses prosperaram nessas regiões por se beneficiarem não de uma economia dinâmica, mas da ausência desta. Caixeiros-

viajantes e mercadores levantinos frequentemente criaram rotas de comércio e introduziram sistemas de crédito em áreas rurais, onde nada disso existia, beneficiando-se de seu pioneirismo e privilégios praticamente monopolistas que este lhes proporcionou por décadas. A importância de sua presença na formação da cultura de consumo nas áreas rurais da América Latina, no entanto, raramente foi reconhecida.

Nos anos após a II Guerra Mundial, os ex-caixeiros-viajantes haviam acumulado capital, crédito e contatos comerciais suficientes para tirar vantagem da industrialização financiada pelo estado para substituir as importações. O nível do monopólio que tiveram em tais oportunidades, porém, era inversamente proporcional à dimensão e força da classe mercantil e industrial local nativa ou formada por outros imigrantes. Quanto menos desenvolvido o país, maior a concentração de libaneses nas camadas econômicas mais altas. Alfaro-Velcamp refere-se a variações entre os que ela chamou de elite libanesa mexicana e seus compatriotas mais pobres. Certamente estes libaneses mais humildes não frequentavam as mesmas rodas que Carlos Slim (recentemente apontado outra vez como o quinto homem mais rico do mundo). Mas é importante pensar quantos deles encontravam-se no estrato mais alto da população mexicana em termos de renda e riqueza. É seguramente possível apostar que a proporção seria significativamente mais baixa do que em países como, por exemplo, Haiti e Honduras e significativamente mais alta do que na Argentina, no Brasil e nos Estados Unidos. Deve-se inclusive especular sobre a quantidade desses libaneses “mais humildes” que compartilhavam do sentimento de superioridade étnica e racial em relação aos mexicanos índios e mestiços, sentimento esse que Velcamp atribui às elites, mas que Romana Falcón afirma ser compartilhado por todos os imigrantes espanhóis, independentemente de sua classe social.

O sucesso político dos sírios libaneses no México demonstrado por Alfaro-Velcamp também se encaixa em um padrão comparativo mais amplo que faz incidir luz sobre peculiaridades da América Latina. O mesmo sucesso foi alcançado em outros países latino-americanos. Carlos Menem, segunda geração de sírios de ascendência muçulmana, converteu-se ao catolicismo e tornou-se presidente da Argentina. Júlio César Turbay Ayala alcançou o mesmo posto na Colômbia. Edward Seaga foi primeiro-ministro na Jamaica e Paulo Maluf, prefeito e

governador de São Paulo. No Equador, os homens públicos cuja ancestralidade pode ser remetida a punhado de vilarejos maronitas têm sido eleitos para tantos cargos locais e nacionais (incluindo a vice-presidência de Alberto Dahik entre 1992 e 1996 e as presidências de Abdala Bucaram e Jamil Mahuad) que seus rivais chegaram a reclamar de uma “beduinização do Equador”.²⁷ Não obstante, os libaneses não alcançaram sucesso semelhante na África setentrional, onde seu domínio econômico é talvez maior do que na América Latina. Nem tão pouco o fizeram outras minorias étnicas economicamente dominantes em lugares distintos, como os indianos na África oriental e os chineses nas Filipinas e na Indonésia.

A explicação para isso pode estar nas experiências coloniais distintas. O colonialismo na América Latina foi um processo mais antigo, mais longo e mais profundo do que no resto do chamado Terceiro Mundo. Em nenhum outro lugar a cultura européia exerceu uma influência tão profunda, tão ampla e tão precocemente. Em nenhum outro lugar os colonizadores e seus descendentes constituíram uma porção tão grande da população local. As elites podem ainda ser compostas por descendentes de europeus de após o período colonial, mas a situação era a mesma no restante da população de seus países, em proporções que podem variar entre um décimo e nove décimos. Acima de tudo, no que se refere à língua, à religião e a hábitos gerais, essas elites compartilhavam a híbrida cultura hispano-crioula com o restante da população — independentemente de sua raça — em um nível que não pode ser identificado, por exemplo, entre os ingleses na Índia ou Nigéria e entre os holandeses na Indonésia. Obviamente, hierarquias raciais mantiveram-se. Mas os limites raciais tornaram-se mais difusos do que nas outras localidades do mundo colonial e a natureza multirracial da população fez com que o fenótipo se tornasse uma marca menos confiável de identidade nacional e de cidadania. Carlos Slim é apenas um mexicano para a maioria dos mexicanos. Na Nigéria, porém, para a maioria dos nigerianos, ele seria claramente um libanês, independentemente do seu país de nascimento, e o mesmo ocorreria com seus

²⁷ ROBERT, L. J. *The Lebanese in Ecuador: A History of Emerging Leadership*. Boulder: Westview, 2000.

descendentes. Um descendente de irlandeses ou espanhóis pode se tornar um presidente mexicano com um nome engraçado. Mas ele será imediatamente apontado como estrangeiro em Bangladesh ou Benin. Tais circunstâncias parecem explicar porque Foxes, Fujimoris, Menens e Mahuads são eleitos para os cargos mais altos nos países latino-americanos, mas não no resto do mundo pós-colonial. Elas também deveriam nos fazer ponderar a respeito da sabedoria de aplicar cegamente teorias pós-coloniais de origem indiana às experiências dramaticamente distintas que se deram nas "Índias".

Uma história mais ampla da migração europeia para o Novo Mundo pode também fornecer um contexto para o ótimo artigo de Lawrence Bell sobre as associações judaicas na Argentina peronista. A migração judaica transatlântica em geral, com exceção de deslocamentos esporádicos de sefarditas durante o período colonial e de grupos de alemães a partir da metade do século XIX, fez parte das "novas" migrações da Europa oriental e meridional, que tiveram início por volta de 1880, algumas décadas depois das "antigas" ondas provenientes das regiões ocidentais e setentrionais do continente. Porém, diferentemente da migração italiana, que assumiu proporções maciças na Argentina antes de tomar grandes proporções nos Estados Unidos, o movimento judaico para a América do Sul ganhou força ainda mais tarde do que para a América do Norte. Por volta de 1890, apenas 5.160 imigrantes haviam desembarcado na Argentina vindos do Império Russo, a principal fonte do êxodo judeu naquele momento, em comparação com os 25.000 instalados nos Estados Unidos. Na década seguinte, 17.466 rumaram para a Argentina e meio milhão para os Estados Unidos. O afluxo anual para a Argentina superou pela primeira vez a casa dos 10.000 em 1905, e o grosso dos imigrantes vindos da Rússia (141.000) desembarcaram entre o começo do século e a deflagração da I Guerra Mundial.²⁸

Essa chegada tardia influenciou sua adaptação no país hospedeiro. Durante o início do século XX, judeus e imigrantes do Oriente Médio (outro grupo que chegou tardiamente) apresentaram os maiores níveis de segregação residencial de todos

²⁸ Estima-se que cerca de um 25.000 judeus desembarcaram na Argentina entre 1880 e 1940.

os grupos étnicos de Buenos Aires, onde a maioria deles instalou-se. Eles eram duas vezes mais segregados dos que hispânicos e franceses e quatro vezes mais do que os italianos. Os níveis de segregação dos judeus, porém, diminuíram nas décadas seguintes e eram significativamente mais reduzidos do que os das cidades norte-americanas, o que sugere uma maior integração na sociedade hospedeira — pelo menos no nível da moradia.²⁹ Em termos de suas ocupações, sua chegada tardia postergou sua ascensão e a grande quantidade de judeus (o censo de 1936 de Buenos Aires registrou 120.077 judeus instalados dentro dos limites administrativos da cidade) fez com que sua concentração nos estratos superiores fosse impossível. Eugene Sofer argumentou que “até pelo menos 1945, os judeus não tiveram, na Argentina, o mesmo grau de mobilidade de que os judeus parecem ter gozado nos Estados Unidos.”³⁰

O grosso da comunidade judaica concentrou-se, assim, entre as classes trabalhadoras e a classe média baixa. Os judeus eram, juntamente com os catalães, o grupo mais representativo no movimento anarquista. E o mais renomado herói das classes trabalhadoras no país durante a primeira metade do século XX foi Simon Radowsky, um mecânico de 18 anos que falava iídiche, tinha nascido em um vilarejo judaico perto de Kiev e vingou o massacre policial de trabalhadores durante uma manifestação no Dia do Trabalho, em 1909, assassinando o chefe de polícia de Buenos Aires. Mais de uma dúzia de livros e milhares de artigos de jornais e folhetos vieram a lume nas décadas seguintes para exaltarem “nosso Simón”, e neles, não se encontram as palavras *criminoso* ou *assassino* — termos frequentes na imprensa “burguesa”. Radowsky foi sempre descrito como o “vingador”, o “vídice”, o “justiceiro”, o “mártir de Ushuaia” (cidade onde a prisão estava localizada), o “santo ácrata”. Tais exaltações e o estereótipo geral do judeu anarquista poderiam explicar, como já coloquei acima, a relativa ausência de antissemitismo entre as classes trabalhadoras na Argentina durante a primeira metade do século XX.³¹

²⁹ MOYA, op. cit., p. 187, 481.

³⁰ SOFER, E. *From Pale to Pampa: A Social History of Jews in Buenos Aires*. New York: Holmes and Meier, 1982, p. 128.

³¹ MOYA, J. C. The Positive Side of Stereotypes: Jewish Anarchists in Early Twentieth-Century Buenos Aires. *Jewish History*, n. 18, p. 19-48, 2004.

Essa atitude pode ter mudado com as incursões do nacionalismo no movimento operário durante o período peronista e a composição social da comunidade judaica provavelmente sofreu alterações. Mas sua constituição era ainda mais diversificada do que a afiliação de três associações examinadas por Bell, compostas por “executivos e profissionais de classe média” (Organização Israelita Argentina — OIA); pela “elite social e cultural da comunidade” (Instituto Judaico Argentino — IJA), apelidada de “a aristocracia” por um detrator; ao passo que a DAIA (Delegação de Associações Israelitas Argentinas) era uma federação cujos participantes eram os líderes das associações que formavam tal delegação. De fato, a comunidade judaica na Argentina peronista era mais diversificada e dividida em sua composição de classes e interesses do que a comunidade de libaneses no México de Vicente Fox, que Alfaro-Velcamp descreve como particularmente dividida em classes.

A principal função das associações dessas comunidades multiclassistas de imigrantes na Argentina ou mesmo em qualquer outro lugar era propiciar espaços de socialização e seguridade (médica, de invalidez, entre outras) na forma de sociedades de socorro mútuo, e não pressionar o governo nacional nem tampouco engajar-se na política local. O governo peronista promoveu mudanças a esse respeito por meio de uma abordagem corporativa da mobilização popular, como foi convincentemente apontado por Bell, e por meio da expansão do papel do Estado como provedor dos serviços de bem estar social, que vinham sido organizados pelas associações étnicas. Mas essa transição não pode ter acontecido repentinamente e as continuidades devem ter sido intensas. De fato, é quase certo que as funções tradicionais e anteriores ao período peronista continuaram a constituir a maior parte das atividades de tais associações étnicas. A relação com o Estado era obviamente a mais visível, mas não necessariamente a mais importante.

Esse fato pode adicionar uma perspectiva interna à explicação da ênfase de Bell no contexto político externo do peronismo e do sionismo internacional. A OIA e o IJA foram fundados como organizações declaradamente políticas, assim, seus posicionamentos podem ser adequadamente explicados pela perspectiva de Bell. Uma abordagem institucional, no entanto, poderia lançar mais luz sobre os trabalhos internos da DAIA. Grandes organizações étnicas, particularmente do tipo associação

ou federação guarda-chuva como a DAIA, raramente assumem posições incisivas em questões políticas ou ideológicas, ao menos que haja um consenso quase universal em torno de tais questões, já que essas associações não podem arriscar perder os grupos que a compõem, nem correr o risco de haver dissensões ou cisões. Esses tipo de organização, portanto, é normalmente o mais conservador e avesso a riscos no espectro institucional de qualquer comunidade étnica, independentemente da situação externa. Suas práticas são cautelosas e seus discursos anódinos, porque estão institucionalmente “programados” para evitar conflitos e controvérsias internos. Eles não produzem um discurso hegemônico no sentido gramsciano, apenas o reproduzem numa versão diluída. Sua hegemonia é, portanto, mais institucional (no sentido dicionarizado de *hegemonia*) do que discursiva. Isso é verdade em relação à DAIA, assim como foi verdade em relação a federações similares de imigrantes na Argentina antes do peronismo ou mesmo na maioria dos países de imigração.³²

Estudiosos do peronismo podem também subestimar o nível de organização e mobilização popular e ativismo político das associações civis na Argentina antes de Perón. Por volta do começo do século XX, e devido principalmente à imigração de massa, o país tinha uma das maiores concentrações de associações civis secundárias e participação per capita do mundo. Essas variavam de grupos anarquistas a clubes desportivos, de *Landsmansshaftn* (associações formadas por imigrantes do mesmo vilarejo) às maiores associações de socorro mútuo do hemisfério ocidental. A maioria dessas associações normalmente não se engajava na política formal nem mesmo pressionava o governo, já que na economia crescente e liberal do período, o grosso dos recursos sociais era distribuído (o que era particularmente importante para os imigrantes, cuja taxa de naturalização era menos do que 2%) por meio do mercado e de instituições secundárias, ao invés de o serem por meio do Estado. Mas associações voluntárias podiam pressionar o governo e efetivamente o fizeram quando seus interesses estavam em jogo. Afinal, a pressão de organizações trabalhistas, étnicas e ainda

³³ FOMENT, C. A. *Democracy in Latin America, 1760-1900*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

outras organizações das classes trabalhadoras forçaram o presidente Yrigoyen em 1930 a perdoar Radowsky (o assassino de ninguém menos do que mais alto representante das forças sociais de controle), apesar da intensa oposição das classes mais altas e dos medos de Yrigoyen (não infundados, como se confirmou mais tarde) de um golpe de estado por parte dos militares.

Além disso, tal nível de ativismo civil resultou e fez parte dos movimentos de migração de massa e do decorrente processo de massificação que este artigo examinou. Na Argentina e nas outras “novas colônias” dos assentamentos europeus nas Américas, as milhares de associações voluntárias — de sindicatos trabalhistas a clubes de bairro — fundadas pelos recém-chegados e por seus descendentes imediatos tornaram-se verdadeiras arenas de democracia civil. Nesses inúmeros locais, milhões de pessoas humildes engajavam-se em deliberações e debates abertos, na constituição de estatutos que regulavam direitos e privilégios, em eleições, em decisões baseadas na vontade da maioria e outras práticas de democracia cotidiana firmemente ligadas às noções de liberdade individual e soberania coletiva. Através dessas performances, uma crescente parte da população adquiriu os recursos sociais e narrativos para uma cidadania democrática e sua repetição rotineira transformou essas práticas em hábitos arraigados.

Estes hábitos, porém, nem sempre foram transferidos para o contexto da política formal nos países de imigração da América Latina. De fato, como Carlos Forment afirmou, o sucesso da vida associativa pode ter encorajado os participantes a manterem seu ativismo no nível horizontal das associações secundárias, ao invés de movê-lo verticalmente, inserindo-se em instituições terciárias menos receptivas e mais autoritárias.³³ Porém, como o caso Radowsky demonstra, tais hábitos acabaram por serem transferidos para o contexto da política formal, mesmo que nem sempre nas eleições. Esse ponto, juntamente com a distribuição mais democrática de bens materiais e simbólicos que a imigração e a massificação promoveram (em parte por meio da desvalorização da branquidade, como discutido anteriormente), explica a robustez — que não poderia ser explicada de outra forma — da sociedade civil nos países de imigração da América Latina durante períodos ditatoriais. Nem mesmo as brutais juntas militares dos anos 1960 e 1970 foram capazes de quebrar a espinha dorsal dos sindicatos trabalhistas e de outras “corporações”

populares civis — apesar de esta ser, em grande parte, a razão de ser desses regimes. Em termos de bem estar social, níveis de empoderamento, equidade econômica e cultural e participação civil, é possível argumentar que a sociedade uruguaia era mais democrática durante os regimes militares do que a sociedade guatemalteca durante os governos constitucionalmente eleitos. Como eu afirmei a respeito da migração no começo deste artigo, a “democracia” claramente obedeceu a leis mais potentes do que aquelas produzidas e consagradas nas assembléias legislativas e constituições nacionais.

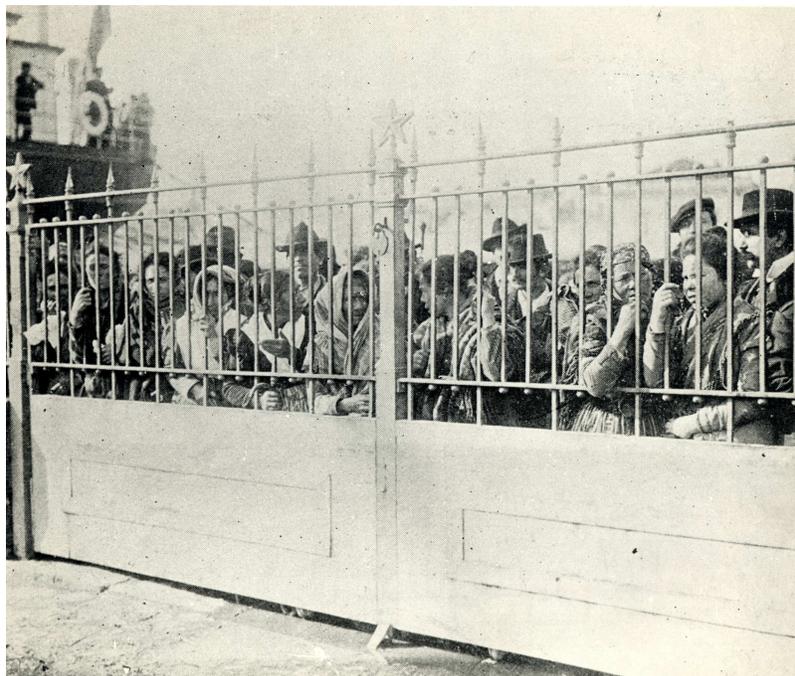
Tradução: Claudia Feierabend Baeta Leal

A CONTINENT OF IMIGRANTS: POSTCOLONIAL SHIFTS IN THE WESTERN HEMISPHERE

ABSTRACT

This article shows how the global population movements of the last two centuries are unprecedented in their magnitude, chronology, distances, degrees of liberty, and in their integration in a broader process of massification in the following aspects: social reproduction, economic production, transportation and communication, trade, and contingently, politics, consumption and culture. The article contrasts this phenomenon with the movements of the first globalization (1500-1830) and, after that, examines the second globalization (1840-1930), which, in its turn, is contrasted with the rebirth of the flows and global connections after the Second World War and, principally, since the 1970s.

KEYWORDS



[Candidatos a emigração, barrados no embarque por falta de requisitos. Itália, s.d.]. (Coleção História da Industrialização, foto 00191, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, São Paulo.)